

INTERESSADOS: IVON PINHEIRO DE SOUZA (e outros)

ASSUNTO : Pedido de equivalência de estudos realizados um curso de aprendizagem da Escola SENAI "Roberto Simonsen".

RELATOR : Cons°. João Baptista Salles da Silva

PARECER N° 644/75, CPG, Aprov. em 29/janeiro/75

Com ao Pleno em 05/03/75

(Procs. 0045/75 e outros)

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1 Ivon Pinheiro de Souza, Eduardo Cordeiro dos Santos, José Reinaldo Rodrigues Aguiar, Olivaldo Francisco de Araújo, Vanderlei Anillo Sierra, Márcio Del Dono, fcdson Pereira Pontes, Gabriel Umbelino Neto, Raul Monteiro Menezes Filho, Pedro Aparecido Lucas, Eduardo Antunes da Paixão, Luiz Carlos Moreira Castro, Jesuíno Vieira Neto, Hércules Vendramini Neto, Antônio Alexandre Neto, Vanderci Marques dos Santos, com identificação (data e local de nascimento e filiação) e residência indicados nos seus requerimentos, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Simonsen", solicitam pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de primeiro grau.

1.2 É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1 curso primário, com a duração mínima de 4 (quatro) séries, nos estabelecimentos de ensino que mencionam nos respectivos requerimentos;

1.2.2 curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 3 (três) "graus", na Escola SENAI "Roberto Simonsen", da Capital, onde estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Desenho, Estudos Sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Ciências Físicas e Biológicas, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.3 Receberam Certificado de Aprendizagem correspondente às especialidades que estudaram.

1.3 A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da resolução CEE - n° 19/65.

PROCESSO CEE N° 45/75 e outros PARECER CEE N° 644/75 2.

FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal n° 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal n° 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1°, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal n° 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE n° 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1° grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1° grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2° grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão, ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE n° 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI é os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5 O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6 Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de três "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três "termos", ou ainda, de três "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do Artigo 12, Deliberação CEE n° 14/73, isto é, 720 horas (2880 : 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7 O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram é equivalente ao previsto pela Resolução CEE n° 8/71.

2.8 Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Ivon Pinheiro de Souza (Proc. CEE n° 0043/75), Eduardo Cordeiro dos Santos (Proc. CEE n° 0062/75), José Reinaldo Rodrigues Aguiar (Proc. CEE n° 0070/75), Olivaldo Francisco de Araújo (Proc. CEE n° 0071/75), Vanderlei Anillo Sierra (Proc. CEE n° 0154/75), Márcio Del Dono (Proc. CEE n° 0155/75), Edson Pereira Pontes (Proc. CEE n° 0158/75), Gabriel Umbelino Neto (Proc. CEE n° 0162/75), Raul Monteiro Menezes Filho (Proc. CEE n° 0164/75), Pedro Aparecido Lucas (Proc. CEE n° 0165/75), Eduardo Antunes da Paixão (Proc. CEE n° 0185/75), Luiz Carlos Moreira Castro (Proc. CEE n° 0261/75), Jesuíno Vieira Neto (Proc. CEE n° 0263/75), Hércules Vendramini Neto (Proc. CEE n° 4086/74), Antônio Alexandre Neto (Proc. CEE n° 0264/75), Vanderei Marques dos Santos (Proc. CEE n° 0284/75) no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Simonsen", da Capital, como equivalentes aos cumpridos na sétima série, podendo, portanto, autorizar-se suas matrículas na oitava série do ensino do 1° grau.

A escala que acolher a matrícula dos interessados deverá submetê-los a processo de adaptação em História Geral e Geografia Geral caso tais disciplinas não constem do currículo da 8ª série e em outras disciplina em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 29 de janeiro do 1975

a) Cons°. João Baptista Salles da Silva

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no uso de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Henrique Ganha, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Maria da Imaculada Leme Monteiro e José Conceição Paixão, João Baptista Salles da Silva.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1975

a) Cons^a. Maria de Lourdes M. Haidar

Presidente